

# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DIFICULDADES E AVANÇOS

ENTREVISTA DE PEDRO PAULO POPPOVIC A JOSÉ ARTHUR  
GIANNOTTI, ESTHER HAMBURGER E JOSÉ ROBERTO SADEK

## RESUMO

Nesta entrevista, Pedro Paulo Poppovic fala de sua experiência à frente da Secretaria de Educação a Distância, ligada ao Ministério da Educação, ao longo das duas gestões Fernando Henrique Cardoso. Ao abordar o principal programa da Secretaria, a TV Escola, ele relata as dificuldades e êxitos da produção e difusão de uma programação televisiva voltada à capacitação de professores e ao uso pedagógico na rede pública de ensino básico. Enfocam-se ainda as iniciativas de instalação de computadores nas escolas públicas, também desenvolvidas pela Secretaria mas cujas vantagens ele vê com algumas reservas, considerando-se os elevados gastos públicos envolvidos e as precariedades do contexto socioeducacional brasileiro.

*Palavras-chave:* ensino a distância; educação e tecnologia; políticas públicas.

## SUMMARY

In this interview, Pedro Paulo Poppovic talks about his experience at front office of the Secretary of Distance Education, linked to the Ministry of Education, throughout Fernando Henrique Cardoso's two administrations. He relates the difficulties and successes of the Secretary's main program, School TV (TV Escola), in producing and broadcasting television programming turned to teachers' capacitating and pedagogical use in the elementary public school system. It is also focused the initiatives of installing computers in public schools, likewise developed by the Secretary, but which benefits he sees with certain reserves, considering its high public costs and the precariousness of Brazilian social-educational context.

*Keywords:* distance education; education and technology; public policies.

*José Arthur Giannotti* — Para começar, gostaríamos que você nos contasse algo dos principais programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância durante a sua gestão.

*Pedro Paulo Poppovic* — O grande programa da Secretaria foi a TV Escola. Partiu-se da idéia de que o principal desafio do ensino fundamental no Brasil é a capacitação de aproximadamente dois milhões de professores, dentre os quais cerca de 700 mil não tinham curso normal ou universitário na época em que começamos o programa. Tendo em vista a amplitude do país, surgiu a idéia de fazer educação a distância pela televisão. Resolvemos abarcar todas as escolas da rede pública com mais de cem alunos, com o que evitamos qualquer tipo de ingerência política e atendemos 57 mil escolas, o que representa um universo de aproximadamente 28 milhões de alunos e

1,8 milhão de professores. Como não queríamos correr o risco de fazer uma grande licitação para comprar os equipamentos, decidimos distribuir os recursos para as secretarias estaduais de educação por intermédio de convênios, e avaliamos em cerca de R\$ 1.500 o preço de um *kit* tecnológico composto de antena parabólica, receptor de satélite, videocassete, televisor e fitas de vídeo.

O primeiro grande problema foi que alguns prefeitos receberam esses recursos e, para fazer economia, compraram antenas de diâmetro menor ou de "fundo de quintal", prejudicando com isso a recepção da imagem. O segundo foi que, embora tenhamos feito uma série de exigências de segurança, muitos televisores foram roubados nas escolas, especialmente durante as férias. O terceiro problema foi a mudança de prefeitos no meio da nossa gestão: houve muitos casos de prefeitos que levaram televisores para casa. Tínhamos um controle quantitativo bastante preciso dessa dilapidação, dos aparelhos que estavam ou não funcionando, do uso que se fazia deles etc. por meio de um acompanhamento anual que encomendamos ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, a partir de uma amostra bem significativa de questionários respondidos pelas escolas. Posso afirmar, por exemplo, que no último ano da nossa gestão 70% das escolas gravavam os programas para formar uma videoteca e que um crescente número de professores planejava suas aulas de acordo com os programas da TV Escola.

Uma questão importante é que a nossa idéia inicial era produzir programas de capacitação de professores e programas para os alunos, porque uma parte da programação devia ser suficiente para que um professor capacitado pudesse usar televisão na sala de aula. Mas logo chegamos à conclusão, de forma basicamente empírica, de que afinal não havia muita diferença entre alunos e professores. Vejam: nós estamos falando de professoras do Brasil inteiro, que não necessariamente têm formação universitária como as de São Paulo, por exemplo. O Sadek, que foi diretor da TV Escola por quatro anos, também pode falar disso.

*José Roberto Sadek* — Teoricamente, os níveis de compreensão deveriam ser muito diferentes, mas na verdade um programa de TV pode servir ao mesmo tempo para alunos e professores, na medida em que cada um extrai dali as informações que estiverem mais de acordo com seu repertório e interesse. Quanto aos docentes, é evidente que um professor do Rio Grande do Norte tem um olhar para a realidade diferente do professor do Rio Grande do Sul, mas é impossível fazer um programa para cada região: o sinal de satélite é o mesmo para todos...

*Poppovic* — Então, tínhamos dificuldade em sugerir ao professor a utilização da programação conforme a faixa etária dos alunos, pois os programas não tinham essa precisão de objetivo, e afinal resolvemos usar a mesma programação para alunos e professores. A vantagem é que isso facilitou enormemente a produção e a aquisição dos filmes. Durante os oito anos da

nossa gestão produzimos e adquirimos mais ou menos 4.200 filmes de cerca de quinze minutos, dos quais 55% foram produzidos no Brasil e os outros 45% foram comprados no mercado mundial.

*Esther Hamburger* — Esses filmes brasileiros eram feitos por encomenda ou estavam disponíveis no mercado?

*Poppovic* — De início trabalhamos apenas com o que era possível obter de graça no mercado, já que no primeiro ano de gestão a Secretaria não tinha funcionários, dependências e muito menos orçamento. Primeiro tínhamos de resolver o problema da transmissão, e fiz um acordo com a TVE do Rio de Janeiro, que tinha um satélite com *transponder* do qual podia nos ceder metade: pagaríamos à Embratel pelo uso de metade do *transponder*. Depois fizemos um levantamento nacional dos filmes educativos que pudessem ser utilizados, de modo que entre TVE do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco e outras conseguimos montar uma programação inicial bastante razoável.

A partir do segundo ano de gestão já dispúnhamos de recursos, mas estávamos restritos a poucos fornecedores porque só podíamos comprar filmes de determinadas instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, o que compreendia basicamente a TV Cultura, a TVE e televisões regidas por fundações, como a TV PUC e a TV Senac. O fato é que a maior parte desse material não tinha vinculação com os currículos escolares, de modo que tivemos de nos adaptar ao que havia no mercado, pois ainda não tínhamos organização e recursos para produzir os nossos próprios filmes. Então, aquilo que tínhamos concebido como um programa específico de capacitação de professores acabou sendo de início um programa complementar de cultura geral. Com o tempo porém passamos a produzir filmes, e aí sim mais de acordo com os parâmetros curriculares.

*Esther* — E essas produções também eram feitas via TVs educativas?

*Poppovic* — Geralmente em conjunto com elas: nós entrávamos com os roteiros e os recursos e as TVs produziam os filmes.

*Esther* — E as produções da TV Escola eram inseridas nas programações dessas TVs?

*Sadek* — Muito: elas freqüentemente requisitavam as nossas séries. Embora fizessemos muitos programas de caráter pedagógico e curricular, realizávamos também várias produções que eram para o público em geral e tinham ótima qualidade — tanto que algumas chegaram a ganhar prêmios internacionais para filmes educativos. Aliás, queria acrescentar ao que disse o Pedro Paulo que nas produções da TV Escola não abríamos mão de controlar os roteiros: garantíamos os conteúdos junto aos pedagogos e só terceirizávamos a produção.

*Poppovic* — A esse respeito, vale a pena mencionar que há três interlocuções fundamentais na produção de um filme. Primeiro, um especialista no conteúdo — um professor de matemática, por exemplo — faz uma sinopse, indicando os pontos a serem transmitidos. Isso vai para um roteirista, que traduz aqueles conteúdos em imagens, e aí se dá a primeira interlocução, ou primeira quebra: o professor pensa racionalmente e o roteirista pensa em termos visuais. A segunda quebra é quando esse roteiro passa para o diretor, que também é um profissional da imagem e por sua vez introduz alterações. E há por fim uma terceira interlocução, entre o diretor e o montador, que corta, cola e finaliza o filme.

*Giannotti* — Sobra alguma coisa de matemática no fim?

*Poppovic* — Aí é que está: quando o professor vai ver o que sobrou, muitas vezes não reconhece aquilo que imaginava. Existe um grande problema em harmonizar esses quatro elementos, porque freqüentemente os professores não endossam o resultado final. Mas não se pode coibir a criatividade dos profissionais de imagem, porque se você fizer um filme somente na base do que o professor acha certo, ninguém vai ver.

*Sadek* — No Ceará e no Maranhão fez-se um projeto experimental em que os programas consistiam em um professor falando diante da câmera como se estivesse em sala de aula. Ora, uma população como a brasileira que tem mais televisão do que geladeira, que tem um histórico de analfabetismo e está acostumada a uma televisão que é uma das melhores do mundo, quando vê um programa de TV assim não presta atenção: simplesmente desiste. Ou se faz um programa educativo que tenha um mínimo de qualidade televisiva ou não adianta. Mesmo porque há o material impresso para dar suporte...

*Poppovic* — De 1996 a 2001 o programa distribuiu material impresso aos professores à razão de 25 milhões de exemplares. Entre outras coisas isso incluía livretos que acompanhavam os filmes, redigidos pelos professores que haviam feito a sinopse, e uma revista bimensal onde havia uma série de sugestões de como usar os filmes em sala de aula.

*Giannotti* — E vocês têm idéia de como a TV Escola era usada na escola presencial?

*Sadek* — O uso variava de acordo com a estrutura da escola e o empenho de cada professor. Em algumas escolas o vídeo era gravado e usado em sala de aula; em outras era preciso reservar a sala de televisão para passar o filme, era um dia de aula especial. Alguns professores eram contra e outros achavam que só podiam dar aula com televisão.

*Poppovic* — No início achavam que seriam substituídos pela televisão... É importante lembrar que enviávamos a grade de programação dentro da

nossa revista — a TV Escola tinha uma grade de três horas, repetida quatro vezes por dia. Nossa intenção era que o professor não só assistisse ao vídeo, mas o gravasse, e por isso informávamos a grade antecipadamente. Só que os diretores guardavam a revista em sua sala e os professores não ficavam sabendo. Tivemos então a idéia de aproveitar uma pequena verba para fazer um jornal mural divulgando os assuntos mais importantes da programação seguinte, a fim de que os professores tomassem conhecimento e pudessem preparar as aulas. Mas o grande problema apontado pelas escolas, e que não foi resolvido, era a falta de uma pessoa encarregada da sala de televisão para organizar a videoteca, manejar o videocassete etc. Como o Estado não tem dinheiro para isso, então um professor com essa aptidão ficava encarregado.

*Sadek* — Tive notícias sobre lugares onde voluntários resolveram ajudar a escola e assumir a tarefa.

*Poppovic* — Essa integração da comunidade com a escola também foi estimulada pela TV Escola. Como não há atividade escolar nos fins de semana, tivemos a idéia de que a TV Escola pudesse atrair os pais para as escolas fora do horário letivo. Começamos a exibir filmes, por exemplo, sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, tratamento de queimaduras etc. e junto com a Secretaria da Cultura fizemos uma programação de cinema com filmes brasileiros. Mas então surgiram problemas como o de quem abriria a escola nos fins de semana...

*Sadek* — Talvez o programa devesse ter incentivado mais a gestão interna nas escolas...

*Poppovic* — Nesse aspecto, demoramos a aprender algumas coisas. Na fase inicial do programa despendemos muitos recursos em treinamento de professores para o uso das tecnologias da TV Escola. Numa secretaria estadual treinava-se uma pessoa para ser "multiplicadora" e pagava-se para que um determinado número de professores fizesse um curso na capital durante dois dias com aquele multiplicador. Isso durante três anos seguidos, e não funcionava. Fizemos então uma parceria com uma iniciativa de educação virtual mantida por uma rede de universidades, chamada Unired, para oferecer aos professores um curso de extensão que utilizava sobretudo mídia televisiva, mas também material impresso. No ano 2000, após divulgarmos o curso na nossa revista, houve mais de 250 mil inscrições, das quais conseguimos viabilizar financeiramente 34 mil — quer dizer, isso funcionou, e justamente com uma iniciativa de educação a distância.

Enfim, apesar das dificuldades apontadas acho que tivemos resultados muito bons. Alcançamos uma aproximação com as escolas de ensino básico que o governo federal jamais tinha tido. E repito: estamos falando de 28 milhões de alunos num universo de 35 milhões e de cerca de 1,8 milhão de professores num universo de dois milhões. Aliás, no fim da gestão ainda incluímos o programa no ensino médio: houve uma reforma, e a Secretaria

do Ensino Médio usou a TV Escola para explicá-la num programa diário de uma hora. A prova de que isso deu certo foi que depois outros secretários queriam utilizar a nossa televisão. O que não conseguimos solucionar foi o fato de que justamente aquelas escolas que mais precisam de uma TV Escola não a têm porque são pequenas e esparramadas pelo Brasil. Como chegar até elas é um grande problema, pois requer um investimento enorme.

*Esther* — Eu gostaria de passar à questão do investimento em tecnologia digital nas escolas. Fico pensando no que os programas de educação a distância ganhariam com a utilização dos recursos da mídia eletrônica...

*Poppovic* — Acho que ganhariam pouco.

*Esther* — Por quê?

*Poppovic* — O que é fundamental no ensino a distância é usar uma mídia que seja acessível e compreensível para o público ao qual você está se dirigindo. Não adianta, por exemplo, fazer um *site* na internet se esse público não tem computador. Quantas escolas públicas têm computadores no Brasil? Ninguém sabe muito bem, mas são pouquíssimas. E destas, quantas têm acesso à internet? Menos ainda. A infusão dessa tecnologia seria importante se houvesse nas escolas uma situação em que os alunos tivessem computadores suficientes nas salas de aula ou em laboratórios. É óbvio que a informática é importante e muito produtiva em termos de educação, mas estamos numa situação em que o computador representa uma despesa enorme. Um ponto completo, com todos os periféricos, sai mais ou menos por US\$ 2 mil, e instalar 40 mil computadores nas quase 15 mil escolas públicas de segundo grau do Brasil representa um custo aproximado de R\$ 8 milhões. Aí é preciso pensar como governo: que benefícios poderiam ser feitos com R\$ 8 milhões? Muitos. Não só contratar e capacitar professores, mas também colocar telhado nas escolas, grades nas janelas, luz elétrica, vaso sanitário etc. — há carência de tudo isso nas escolas brasileiras.

Trata-se portanto de definir as prioridades, e aí entram dois fatores muito importantes que pesam contra o investimento em computadores. O primeiro é a obsolescência. É sabido que depois de quatro anos os computadores estão obsoletos: há uma corrida entre os *chips* e os *softwares*, e após quatro anos só se encontram *softwares* que não rodam no computador que você tem. Esse enorme investimento dura então quatro anos: é preciso trocar o computador, e o Brasil certamente não tem capacidade financeira para isso. O segundo fator é que não existe uma maneira objetiva de avaliar o resultado da informatização do ensino. Posso afirmar isso porque pesquisei, viajei para vários países, conversei com muita gente e constatei que ainda não há instrumentos de aferição adequados.

A despeito disso tudo, a Secretaria desenvolveu mediante um grande esforço um programa nacional de informática na educação em parceria com os governos estaduais e algumas prefeituras. Para começar, contratamos

dezessete universidades para, durante um ano, treinar os formadores que iriam trabalhar naquilo que chamamos de núcleos de tecnologia educacional, providos com todo o equipamento. Nos 145 núcleos que criamos no Brasil foram treinados todos os docentes, cerca de oito mil, que iam receber computadores, num total de aproximadamente 50 mil. Imaginem o custo de tudo isso... No final da gestão, havia ainda a possibilidade de aproveitar os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o qual corresponde a 1% da receita anual de todas as empresas de telecomunicações que operam no país. É um montante considerável, mas que continua no banco.

*Esther* — Não foi usado?

*Poppovic* — Não foi. E por causa de uma ingerência político-ideológica em torno do sistema operacional que seria utilizado nos computadores. Resumindo o caso, um deputado da oposição que associava a Microsoft ao imperialismo era contra o uso do Windows, que é pago, e a favor do sistema Linux, que é grátis. Diante dessa reclamação, fiz reuniões e consultas com os secretários estaduais de educação e com especialistas em educação da Secretaria, e todos manifestaram que preferiam o Windows. Claro, por uma razão muito simples: 95% do mercado real é da Microsoft. Além disso, todos os professores que treinaram em computadores usavam programas Microsoft e não queriam treinar em Linux.

*Sadek* — É mais caro treinar em Linux...

*Poppovic* — O Linux tem a vantagem de ser um sistema aberto, permitindo que você mude a programação. Mas quantas pessoas você conhece que gostariam de mudar a programação de um *software*? Você sabe fazer isso? Imagine uma professora no Maranhão... Ficou então definido que faríamos a licitação para compra do programa da Microsoft. E o que aquele deputado fez? Impugnou a licitação, alegando que se tratava de limitação de mercado, de monopólio. Para contornar isso, reformulamos o projeto de modo a permitir o uso dos dois sistemas operacionais no mesmo computador — o que custaria mais caro, mas tudo bem: usaríamos o dinheiro público para comprar equipamento mais caro e o professor escolheria usar um ou outro sistema. Assim, depois de meses finalmente consegui convencer o deputado, mas quando ele viu que o negócio ia ser aprovado impugnou o sistema de licitação, provavelmente porque não queria que o governo Fernando Henrique tivesse o mérito de comprar 300 mil computadores para todas as escolas do ensino médio do Brasil, à razão de um computador para cada 25 alunos, o que é um número bom. Assim, o dinheiro continua no banco, o deputado continua a ser deputado e o novo governo ainda não comprou os computadores.

*Sadek* — E as escolas continuam sem os computadores...

*Poppovic* — Considerando tudo isso, imagine que você é um ministro ou um secretário e vem um diretor pedir verbas para comprar computadores para a escola. Você perguntará: quais serão os resultados? A evasão escolar vai diminuir? Em que proporção? E o analfabetismo, que hoje é de 17%, vai diminuir? Vai passar para 12%? Ele não sabe, quer dizer, não tem nenhum argumento objetivo.

*Esther* — A escola não fica mais atraente para o aluno?

*Poppovic* — Fica.

*Esther* — Isso não é um argumento?

*Poppovic* — É um argumento pouco consistente para definir prioridades.

*Esther* — Não sei se estou entendendo bem sua posição: você não gostaria afinal de ter comprado e instalado os 300 mil computadores com o recurso do Fust?

*Poppovic* — Estou numa situação intermediária. Reconheço que o computador conectado à internet atrai os alunos e é um recurso extraordinário, mas sei que não temos verbas para conectar as escolas à internet, mesmo aquelas que têm os 50 mil computadores que compramos, de modo que eles funcionam um pouco como máquinas de escrever. Acho que não é possível a escola ficar de fora do mundo da informática, mas ao mesmo tempo me incomoda esse encantamento pela tecnologia e não pela educação.

*Esther* — Eu entendo o seu incômodo, mas acho que os alunos compartilham desse encantamento. E um dos problemas que temos hoje é o afastamento entre a escola e o aluno: a escola não é interessante para ele.

*Poppovic* — E você acha que se tiver computador ela vai ficar mais interessante?

*Esther* — O aluno passaria a ver outras possibilidades...

*Poppovic* — Forçando um pouco o argumento, podemos colocar a questão nestes termos: você não concorda que colocar turbina de avião num carro de boi não vale a pena? Quer dizer, para poder usar turbina é preciso ter um veículo moderno. O que então é mais importante: mudar o veículo, ou seja, mudar a escola para que ela seja mais atraente, ou instalar computadores?

*Giannotti* — Vou propor aqui um argumento paralelo, a partir da idéia subjacente ao projeto Centro Educacional Unificado (CEU), implantado pela Marta Suplicy: você coloca a turbina no carro de boi porque, como a



turbina causa uma série de movimentos para a frente, a sociedade e o próprio Estado se organizam para encontrar aparelhos adequados à turbina.

*Poppovic* — Eu lhe dou um outro exemplo: na Inglaterra, tiraram os computadores das escolas que contavam com esse equipamento há mais de dez anos para avaliar o resultado da informatização do ensino, e constataram que a maneira de ensinar continuou igual. Quer dizer, colocaram a turbina no carro de boi e dez anos depois, quando tiraram a turbina, o carro de boi continuava igual...

*Esther* — Na Inglaterra, o fato de que a informática não tenha influência na escola não faz tanta diferença, pois todos têm acesso ao computador em casa. O interessante no Brasil é o pensamento muito comum de que pular etapas seria uma solução para superar o nosso enorme *gap*...

*Poppovic* — Isso não existe em educação, na qual é preciso trilhar o caminho; pode-se caminhar depressa, mas a tecnologia não vai mudar a maneira de se pensar e educar.

*Esther* — Eu concordo. O professor é insubstituível. Quanto mais a tecnologia avança, mais fica claro que o talento humano, criativo, individual, é fundamental. Mas isso não quer dizer que a tecnologia não possa ser apropriada.

*Poppovic* — Também não quer dizer que você não possa encontrar uma solução que se imponha em razão das necessidades, em que se diminua o papel do computador ou mesmo do professor, que passaria a ser um auxiliar para o aluno.

*Sadek* — As pessoas que estão se formando para lecionar no sistema público não têm relação com a tecnologia, assim como os professores que estão em atividade. Podemos pôr computador, televisão, turbina, mas se os professores não tiverem contato com essas tecnologias durante o seu período de formação dificilmente as utilizarão na hora de trabalhar. Ou conseguimos melhorar a maneira como essas pessoas estão sendo formadas, para que entendam como a tecnologia pode ser usada, ou então estaremos fazendo um esforço social e um investimento público fadados a ter poucos resultados.

*Poppovic* — O interesse dos alunos pelo computador é um dos fatores que fazem certos professores temer que o aluno seja melhor do que eles em informática. Isso pode ter relação com os inúmeros casos em que os computadores acabam empilhados em algum canto da escola, sem uso.

*Sadek* — Tive conhecimento de um caso assim quando trabalhei no Itaú Cultural, que fica na avenida Paulista. Muitos alunos de uma escola pública

vizinha freqüentavam o instituto para fazer consultas e lições nos computadores. Ficamos intrigados com aquele movimento todo e um dia pedimos para um técnico ir à escola. Ele verificou que havia dezesseis computadores na caixa há dois anos e ninguém sabia o que fazer com aquilo. Estou falando da avenida Paulista, século XXI: dezesseis computadores na caixa e ninguém abriu...

*Poppovic* — Imaginem a seguinte situação: se um determinado ministro consegue uma verba para comprar computadores, vai colocá-los em que lugar do Brasil? Naquele em que têm mais chance de funcionar direito, ou seja, não vai pôr os computadores numa localidade do Maranhão em que mal chega luz elétrica, e sim em São Paulo, onde tem luz, tem professor de melhor nível etc. Ou então não vai pôr em São Paulo porque não quer ficar sujeito a críticas, e desloca para o Paraná — mas não vai pôr no Maranhão. O resultado é que ele vai aumentar a diferença entre o Paraná e o Maranhão. Pode-se então chegar ao seguinte dilema: ou se mantém a igualdade no atraso, e ninguém tem computador, ou se faz uma seleção injusta, aumentando as diferenças sociais. O computador não é um instrumento de equalização social, entende?

*Esther* — Entendo perfeitamente e acho muito relevante esse ponto de vista, mas ainda vejo como uma questão de escala. Você afirmou que gostaria de ter trabalhado com as escolas de menos de cem alunos, mas que isso seria impraticável. Ao mesmo tempo, você teve que treinar os professores para operar os equipamentos...

*Poppovic* — É preciso treinar os professores para ensinar direito, para dar boas aulas.

*Esther* — Daí voltamos ao início, porque a TV Escola é para formar os professores...

*Poppovic* — Eu diria que essa formação é o ponto de partida para tudo, pois estou definitivamente convencido de que a solução do ensino básico no país está com os professores. E para capacitá-los não há outro meio senão a educação a distância. No Brasil a discussão sobre a necessidade da educação a distância é completamente ociosa, pois aqui ou você a utiliza ou não tem solução.

Na verdade, não é muito produtivo falar em educação a distância de uma forma genérica. A educação a distância no fundo é um complexo em que, além do professor, há uma série de mídias acessórias que podem ter maior ou menor importância conforme o tipo de ensino que se quer fazer e a disciplina que se está ensinando. O caso exemplar é o da Open University, da Inglaterra, que abarca mais de 200 mil alunos e é definitivamente a melhor universidade de ensino a distância do mundo. Ela é *open* porque é possível o ingresso sem os títulos anteriores. Funciona à base de equipes

compostas por um especialista na disciplina, especialistas em meio impresso, em mídias audiovisuais e eletrônicas e o coordenador dessa equipe, que é um pedagogo responsável pela carga pedagógica. Essas equipes se reúnem e discutem qual a melhor mídia a ser usada em função daquilo que o especialista na disciplina quer passar.

*Esther* — Que é uma mistura de mídias...

*Poppovic* — Sempre: tem uma parte impressa, uma parte pelo rádio etc. Ao contrário do que se pensa, somente 30% do que se ensina ali é por meio do computador. Eles não estão interessados em tecnologia pura e simplesmente, mas em tecnologia de acordo com o que as pessoas têm em casa. Depois que se monta o currículo, cada passo é testado. Eles o aplicam por um ano para ver se funciona realmente, corrigem e assim por diante. O curso a distância é acompanhado por um facilitador, que não é mais o professor que detém o saber e o transmite, mas a pessoa que ajuda os alunos a utilizarem aquele curso, como um irmão mais velho. Isso funciona nos mais diversos cantos do mundo: China, Índia, África do Sul, Brasil etc.

*Giannotti* — Isso traz uma questão muito interessante, porque uma das funções do professor, na presença do aluno, é justamente estabelecer uma relação de identidade. O professor não é apenas aquele que ensina, que facilita, mas aquele que serve de exemplo para um tipo de sociabilidade e para um tipo de moralidade.

*Poppovic* — Concordo. Mas ninguém falou que o ensino a distância prescindia do professor...

*Giannotti* — Estou apenas dizendo que assim fica de fora um aspecto fundamental, que é esse papel de socializador que o professor cumpre como pessoa e como exemplo.

*Poppovic* — Em alguns locais a Open University promove reuniões periódicas entre os alunos que cursam uma mesma matéria para que a discutam, e muitas vezes eles fazem estágio em escolas, onde há professores. Esse é o ponto central. Agora, no Maranhão o curso médio é feito inteiramente por televisão. Por quê? Porque ali não tem professor. Então, você pode dizer que esse curso por televisão não é interativo, mas não tem outro jeito. A discussão portanto não é teórica: é concreta.

*Giannotti* — Mas quando se aceita um determinado meio é preciso saber o que se ganha e o que se perde, e então criar novos caminhos...

*Sadek* — A Open University funciona para grau universitário, em que o estudante tem um tipo de autonomia e de relação com o professor completamente diferente do ensino fundamental.

*Poppovic* — No qual, aliás, é proibido por lei o ensino a distância.

*Sadek* — Pois é, mas nos estados do Nordeste, na década de 1970, por falta de professores e por uma certa infâmia administrativa, acharam que dava para os alunos terem aula com um professor falando pela televisão, e foi o desastre que foi. Os professores foram rebaixados de categoria, passaram a ser orientadores de aprendizagem, supostamente porque não conheciam a contento o conteúdo dos programas. O Telecurso é outro exemplo: transmitem-se os programas e disponibiliza-se um facilitador. É preciso que haja um vínculo presencial desde o início. Aliás, um dos problemas que enfrentamos no lançamento da TV Escola foi justamente a resistência de muitos professores sob a alegação de que seriam substituídos, pois o histórico era de substituição.

*Esther* — Então o computador representa essa resistência elevada à enésima potência?

*Poppovic* — Nessa comparação, considere o seguinte: para fazer uma escola entrar no sistema da TV há um custo de R\$ 1.500, ao passo que se você puser 25 computadores numa escola a um preço de U\$ 2 mil por ponto são U\$ 50 mil dólares de gasto...

*Giannotti* — Na medida em que há um afastamento do professor presente, temos cada vez mais o velho perigo da politização: é muito difícil politizar professor por professor, mas com um programa tecnológico pode-se politizar milhares. Então, ao mesmo tempo que criamos instrumentos de educação muito potentes, criamos também programas muito potentes para uma educação estatal totalitária. Quando estabelecemos uma educação a distância em que os três níveis governamentais estão entranhados, com esse poderio educacional que estamos reconhecendo, precisamos assegurar o caráter republicano desse programa mediante mecanismos democráticos. Precisamos, por exemplo, de comitês que avaliem, que proíbam, que incentivem e assim por diante.

*Poppovic* — Mas aí a conclusão lógica é que é preciso censurar as telenovelas da Globo, que têm uma potência violentíssima e alcançam muito mais gente.

*Giannotti* — Como se trata de uma rede privada, esse monopólio tende a ser contrabalançado por forças liberais. E por falar em público e privado, tenho uma pergunta final. Uma vez que você veio de uma área não-pública, eu gostaria de saber que impressões teve de Brasília.

*Poppovic* — Tive diversas boas surpresas no Ministério da Educação, porque fazia uma idéia muito ruim sobre o funcionalismo público. Minha primeira surpresa foi encontrar ali gente extremamente bem-qualificada e

eficiente no serviço público, que sabe o que está fazendo. Há uma camada de pessoas muito competentes, embora também exista, como todos sabem, um grande número de pessoas encostadas, incompetentes. Também me admirei com a quantidade de coisas que o MEC publicou nesses oito anos — e coisas boas.

*Giannotti* — E como é a experiência administrativa no Estado brasileiro?

*Poppovic* — Utilizando a terminologia do Bresser, eu diria que não há maneira de administrar um negócio tão imenso como o Estado com uma mentalidade gerencial: é preciso pensar burocraticamente. Não há saída, mas viver com isso é desagradável. Logo no começo eu não entendia nada de leis, e o coordenador de despesas é o secretário, não o ministro. Então juridicamente eu era o responsável. Certa vez fui pedir R\$ 3 milhões para o presidente de uma grande empresa estatal. Expliquei que estávamos sem dinheiro porque o orçamento não tinha sido liberado. Ele disse que tinha US\$ 1 bilhão em caixa, mas que para me emprestar R\$ 3 milhões eu precisaria arranjar uma "fórmula juridicamente confortável". E eu arranjei, ou seja, ele pagou antecipadamente por algo que só entregaríamos depois. Isso descreve perfeitamente a situação. Não existe fórmula juridicamente possível ou não, mas confortável ou desconfortável. E muitas vezes perdi o sono porque era desconfortável. Quando você faz uma enorme concorrência pública para comprar 35 mil computadores, a empresa ganhadora leva um certo tempo para entregar o equipamento e então muda a cotação do dólar; daí eu tinha que me reunir com a empresa, que ia me convencer de que o dólar influiu nos custos dela para justificar um aumento de preço. Então eu perguntava para os advogados se podia ou não podia, e eles me diziam: "Você quer a resposta por escrito ou verbal? Se for verbal eu vou dizer que pode, se for por escrito vou dizer que não pode". Eram milhões, e eu tinha que assinar sem saber se era legal ou não.

*Giannotti* — Com um Estado como o que nós temos, ou você se arrisca a ser preso ou não faz nada.

*Poppovic* — Exatamente: você tem que arriscar o pescoço.

Entrevista realizada no Cebap em 12 de fevereiro de 2004.

Pedro Paulo Poppovic, membro do Conselho Consultivo e de Assessoramento do Cebap, do qual é um dos sócios fundadores, ocupou o cargo de secretário de Educação a Distância no período 1995-2002.

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 68, março 2004  
pp. 157-169

---



Praça após a conclusão da obra